

Luciana Pavowski Franco Silvestre (Organizadora)

Ciências Sociais Aplicadas: Entendendo as Necessidades da Sociedade 2

Atena Editora 2019

2019 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2019 Os Autores

Copyright da Edição © 2019 Atena Editora

Editora Executiva: Profa Dra Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação: Rafael Sandrini Filho Edição de Arte: Lorena Prestes Revisão: Os Autores

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

- Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto Universidade Federal de Pelotas
- Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson Universidade Tecnológica Federal do Paraná
- Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho Universidade de Brasília
- Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior Universidade Estadual de Ponta Grossa
- Prof^a Dr^a Cristina Gaio Universidade de Lisboa
- Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira Universidade Federal de Rondônia
- Prof. Dr. Gilmei Fleck Universidade Estadual do Oeste do Paraná
- Prof^a Dr^a Ivone Goulart Lopes Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
- Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior Universidade Federal Fluminense
- Prof^a Dr^a Lina Maria Gonçalves Universidade Federal do Tocantins
- Profa Dra Natiéli Piovesan Instituto Federal do Rio Grande do Norte
- Profa Dra Paola Andressa Scortegagna Universidade Estadual de Ponta Grossa
- Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior Universidade Federal do Oeste do Pará
- Prof^a Dr^a Vanessa Bordin Viera Universidade Federal de Campina Grande
- Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
- Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira Instituto Federal Goiano
- Profa Dra Daiane Garabeli Trojan Universidade Norte do Paraná
- Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva Universidade Estadual Paulista
- Prof. Dr. Fábio Steiner Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
- Profa Dra Girlene Santos de Souza Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
- Prof. Dr. Jorge González Aguilera Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
- Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza Universidade do Estado do Pará
- Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

- Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto Universidade Federal de Goiás
- Prof.^a Dr.^a Elane Schwinden Prudêncio Universidade Federal de Santa Catarina
- Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco Universidade Federal de Santa Maria
- Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior Universidade Federal do Oeste do Pará



Prof^a Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte

Profa Dra Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos - Universidade Federal do Maranhão

Profa Dra Vanessa Lima Gonçalves - Universidade Estadual de Ponta Grossa

Prof^a Dr^a Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto

Prof. Dr. Eloi Rufato Junior - Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos - Instituto Federal do Pará

Profa Dra Natiéli Piovesan - Instituto Federal do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Takeshy Tachizawa - Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira - Universidade Federal do Espírito Santo

Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos - Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba

Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva - Universidade Federal do Maranhão

Prof.ª Dra Andreza Lopes - Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico

Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda - Universidade Federal do Pará

Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva - Universidade Estadual Paulista

Prof.ª Msc. Jaqueline Oliveira Rezende - Universidade Federal de Uberlândia

Prof. Msc. Leonardo Tullio - Universidade Estadual de Ponta Grossa

Prof.^a Msc. Renata Luciane Polsague Young Blood - UniSecal

Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel - Universidade Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

C569 Ciências sociais aplicadas [recurso eletrônico] : entendendo as necessidades da sociedade 2 / Organizadora Luciana Pavowski Franco Silvestre. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019. – (Ciências Sociais Aplicadas. Entendendo as Necessidades da Sociedade; v. 2)

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7247-424-5

DOI 10.22533/at.ed.245192506

1. Ciências sociais – Pesquisa – Brasil. I. Silvestre, Luciana Pavowski Franco. II. Série.

CDD 301

Elaborado por Maurício Amormino Júnior - CRB6/2422

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná - Brasil

<u>www.atenaeditora.com.br</u>

contato@atenaeditora.com.br



APRESENTAÇÃO

No e-book "Ciências Sociais Aplicadas: Entendo as Necessidades da Sociedade", apresentam-se artigos e pesquisas que mantém relação com demandas da sociedade contemporânea, a partir de estudos realizados nas diferentes regiões do Brasil, representando a diversidade territorial, bem como, as singularidades e elementos que as conectam.

Apresentam- se ainda, três artigos em espanhol, sendo estes de cursos de graduação e pós graduação do Uruguai, México e Espanha e um em inglês do programa de Pós-Graduação da Universidade de Brasília. Tais artigos mostram-se pertinentes e contribuem para as discussões e análises que são apresentadas aos leitores a partir do campo das Ciências Sociais Aplicadas.

São ao todo cinquenta artigos divididos em dois volumes. Os artigos foram organizados em seis seções, conforme segue: Tecnologia e Comunicação, sendo esta a primeira seção, em que são abordadas as relações existentes entre a tecnologia e a comunicação com os processos de trabalho, políticas públicas, inovação nos processos de gestão e de conhecimento; O Comportamento Organizacional, título que nomeia a segunda seção, apresenta-se de maneira expressiva nos artigos que também tematizam os processos decisórios e de gestão de conhecimento no setor empresarial, com valorização do capital humano e da função social das empresas; Cidadania e Políticas Públicas, aborda pesquisas realizadas entorno das políticas de saúde, de atendimento às crianças e adolescentes, da educação, da questão agrária, da segurança pública e das políticas tributárias na lógica de cidadania e garantia de direitos; *Estado e Sociedade*, aborda as relações estabelecidas entre estes, apontando para a importância e impacto dos movimentos sociais para a definição de pautas que contemplem os diferentes interesses existentes na sociedade de classes; Os artigos que compõem a seção **Trabalho e Relações Sociais** debatem o grau de satisfação de acesso ao trabalho em um contexto de terceirização e precarização das relações estabelecidas através deste e por fim, em Estudos Epistemológicos apresentamse dois artigos que analisam perspectivas diferentes do processo de construção do conhecimento.

Os artigos apresentam pesquisas de envergadura teórica, as seções mantém articulação entre si e contribuem para a divulgação e visibilidade de estudos e pesquisas voltadas para as necessidades e desafios postos para vida em sociedade no atual contexto social, econômico e político.

Luciana Pavowski Franco Silvestre

SUMÁRIO

CAPÍTULO 11
A INTERNAÇÃO E O ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL COMO DESAFIOS NO ATENDIMENTO EM SAÚDE MENTAL À POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA
Rayoni Ralfh Silva Pereira Salgado Marta Fuentes-Rojas
DOI 10.22533/at.ed.2451925061
CAPÍTULO 214
INFORMAÇÃO AOS USUÁRIOS E ACOMPANHANTES SOBRE OS SEUS DIREITOS E DEVERES E OS SERVIÇOS OFERECIDOS DENTRO DA UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO
Lavinha Soares Santos
DOI 10.22533/at.ed.2451925062
CAPÍTULO 318
CONSIDERAÇÕES SOBRE A QUESTÃO AGRÁRIA NO BRASIL: UMA MANIFESTAÇÃO DA "QUESTÃO SOCIAL"
Monica Pereira
DOI 10.22533/at.ed.2451925063
CAPÍTULO 429
ESTUDO DE CASO SOBRE A COMUNICAÇÃO GOVERNAMENTAL RELATIVA À CRIAÇÃO DO MINISTÉRIO DA FELICIDADE DO DUBAI E DOS EMIRADOS ÁRABES UNIDOS Diamantino Ribeiro
Jorge Remondes
António Pedro Costa DOI 10.22533/at.ed.2451925064
_
CAPÍTULO 545
A RELAÇÃO ENTRE A COMUNICAÇÃO NÃO VIOLENTA E A MEDIAÇÃO DE CONFLITOS Carolina Portella Pellegrini Simone Régio dos Santos Zaionara Goreti Rodrigues de Lima DOI 10.22533/at.ed.2451925065
CARÍTULO C
CAPÍTULO 6
Mariana Hazt Lencina Cândida Joelma Leopoldino
DOI 10.22533/at.ed.2451925066
CAPÍTULO 774
DO CÓDIGO DE NUREMBERG AO CÓDIGO DE ÉTICA MÉDICA BRASILEIRO: O PRINCÍPIO
DO CONSENTIMENTO INFORMADO E A CONDUTA ÉTICA MÉDICA PELOS ESTUDANTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE - FURG
Gilberto Leonello
Carolina Corrêa Soares Natália Ongaratto da Rosa Stéfani Wontroba Bandeira
DOI 10.22533/at.ed.2451925067

CAPÍTULO 88
DISPOSICIONES Y POLITICIDAD EN LA CO-CONSTRUCCIÓN DE NARRATIVAS BIOGRÁFICAS EL TRABAJO DE LA REFLEXIVIDAD
Mabela Ruiz Barbot
DOI 10.22533/at.ed.2451925068
CAPÍTULO 99
GERENCIALISMO: A RESPOSTA NEOLIBERAL PARA A GESTÃO DAS POLÍTICAS SOCIAIS
Evandro Alves Barbosa Filho Maria Izabel Rêgo Cabral
DOI 10.22533/at.ed.2451925069
CAPÍTULO 10 11
ESTUDO ESTATÍSTICO DA QUANTIDADE DE CONTRIBUINTES QUE DECLARARAM O IMPOSTO DE RENDA NO PERÍODO DE 2012 A 2015 Cristian Carlos da Silva Coelho Gabriel Ribeiro de Abreu Arlane Lopes Chaves Luana Sousa Almeida Lilane de Araújo Mendes Brandão DOI 10.22533/at.ed.24519250610
CAPÍTULO 1112
OS BENEFÍCIOS DA GESTÃO TRIBUTÁRIA NA GERAÇÃO DE INFORMAÇÕES FISCAIS Thaynara Keila Oliveira Jerson Krack
DOI 10.22533/at.ed.24519250611
CAPÍTULO 1214
ESTADO E SOCIEDADE CIVIL NO BRASIL NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XX
Marclin Felix Moreira DOI 10.22533/at.ed.24519250612
CAPÍTULO 1315
REDES SOCIAIS E MOBILIZAÇÕES PÚBLICAS. O MOVIMENTO DE "15 DE SETEMBRO" EI PORTUGAL
Isabel Babo Célia Taborda Silva
DOI 10.22533/at.ed.24519250613
CAPÍTULO 1416
REPENSANDO A PERCEPÇÃO DA VELHICE ALIADA À DISCUSSÃO DE CLASSE E HEGEMONIA Juliana de A. F Doronin Giovanna de Aquino Fonseca Araújo
DOI 10.22533/at.ed.24519250614

CAPÍTULO 15174
LAVA JATO E SEU IMPACTO NA RENTABILIDADE DAS ESTATAIS BRASILEIRAS Elisandra Bochi Turra
Sandra Maria Coltre Gilmar Ribeiro de Mello Lirane Elize Defante Ferretto de Almeida
DOI 10.22533/at.ed.24519250615
CAPÍTULO 16190
MULTILATERALISM AND NATIONALISM IN THE 21 ST CENTURY: CONSEQUENCES TO GLOBALIZATION FROM THE SUSTAINABLE DEVELOPMENT PERSPECTIVE Hugo do Valle Mendes
Juliano Vargas Joanilio Rodolpho Teixeira
DOI 10.22533/at.ed.24519250616
CAPÍTULO 17209
SATISFAÇÃO NO TRABALHO: UMA ANÁLISE TEÓRICA
Joseane da Silva Rodrigues Darliane Ribeiro Caldas
Rochele Kaline Reis de Medeiros DOI 10.22533/at.ed.24519250617
CAPÍTULO 18
A PESSOA COM DEFICIÊNCIA E O TRABALHO: ESTUDO DE CASO COM JOVENS DEFICIENTES INTELECTUAIS E A PESPECTIVA DE INSERÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO Carmelinda Parizzi
DOI 10.22533/at.ed.24519250618
CAPÍTULO 19232
ANÁLISE DO CENÁRIO DO TRABALHO MANUAL NO CORTE DE CANA-DE-AÇÚCAR, A TERCEIRIZAÇÃO DA MÃO DE OBRA E A PRECARIZAÇÃO DAS RELAÇÕES DE TRABALHO Pedro Afonso Martini Dreyer Liliane Vieira Martins Leal
DOI 10.22533/at.ed.24519250619
CAPÍTULO 20245
AVALIAÇÃO DOS PARÂMETROS CORPORAIS DE ZELADORAS DE UMA UNIVERSIDADE ESTADUAL NO PARANÁ
Marina Daros Massarollo Francieli do Rocio de Campos
DOI 10.22533/at.ed.24519250620
CAPÍTULO 21249
DINÂMICA DO EMPREGO FORMAL NO SETOR PRODUTOR DE SOJA NO ESTADO DE MATO GROSSO NO ANO DE 2017
Erico Souza Costa João Gabriel Pagnan Zanette Mayara Pereira de Souza
DOI 10.22533/at.ed.24519250621

CAPÍTULO 22
ECONOMIA SOLIDÁRIA E COOPERATIVISMO: FORMAS DE ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO NA COOPERATIVA MISTA DOS PRODUTORES RURAIS DO PROJETO DE ASSENTAMENTO TARUMÂ MIRIM (MANAUS-AM)
Michele Lins Aracaty e Silva Epaminondas da Silva Dourado
DOI 10.22533/at.ed.24519250622
CAPÍTULO 23276
FIART: UM ESTUDO DA FEIRA INTERNACIONAL DE ARTESANATO COMO ATRATIVO DE PROMOÇÃO DA CULTURA POTIGUAR
Fernanda Louise de Brito Gonçalves Layanna Pinheiro da Silva Maria Rafaella Marques de Paiva Patrícia Daliany Araújo do Amaral
DOI 10.22533/at.ed.24519250623
CAPÍTULO 24284
COMO SE PLANIFICAM, TRATAM, ANALISAM E INTERPRETAM NARRATIVAS ? A ABORDAGEM COMPREENSIVA-QUALITATIVA "PROCESSOS DE REQUALIFICAÇÃO SÓCIO-IDENTITÁRIA"
Maria de Fátima Costa Toscano
DOI 10.22533/at.ed.24519250624
CAPÍTULO 25298
QUALITATIVE EPISTEMOLOGY AND THE STUDY OF SUBJECTIVITY: ALTERNATIVE EPISTEMOLOGICAL PATHS IN QUALITATIVE RESEARCH
Andressa Martins do Carmo de Oliveira Thamiris Caixeta
DOI 10.22533/at.ed.24519250625
CAPÍTULO 26
MODERNIDADE BRASILEIRA, DESIGUALDADES E SOFRIMENTO ÉTICO-POLÍTICO Rui Maia Diamantino Raimundo Mentor de Melo Fortes Filho
DOI 10.22533/at.ed.24519250626
SOBRE A ORGANIZADORA332

CAPÍTULO 4

ESTUDO DE CASO SOBRE A COMUNICAÇÃO GOVERNAMENTAL RELATIVA À CRIAÇÃO DO MINISTÉRIO DA FELICIDADE DO DUBAI E DOS EMIRADOS ÁRABES UNIDOS

Diamantino Ribeiro

Universidade Lusófona do Porto, Faculdade de Comunicação, Arquitetura, Artes e Tecnologias da Informação

Porto, Portugal

Jorge Remondes

Universidade Lusófona do Porto, Departamento de Comunicação e Marketing

Porto, Portugal

António Pedro Costa

Universidade de Aveiro. Departamento de Educação

Aveiro, Portugal

RESUMO: A Felicidade é um dos conceitos mais difíceis de descrever. Tema tratado desde a antiguidade é alvo de uma constante abordagem ao longo da história da humanidade, integrado nos seus vários aspetos sobretudo os sociais e os emocionais. Desde os finais do século passado, a felicidade começou a fazer parte da economia tendo vindo a constituir-se como ciência autónoma. A criação do Ministério da Felicidade, por parte dos Emirados Árabes Unidos (EAU), pode considerar-se um marco na ação governamental orientada para a Felicidade dos cidadãos. Neste âmbito, os autores têm vindo a desenvolver um estudo sobre a criação do referido Ministério. Neste trabalho, apresentam-se para análise as duas primeiras notícias sobre o Ministério da Felicidade. Os textos analisados foram publicados em outubro de 2014 e em fevereiro de 2016 respetivamente. Com este trabalho pretendeu-se identificar e compreender as fases de conceção do organismo governamental e da criação efetiva. Preconizamos a análise de conteúdo como técnica de análise de dados através do software webQDA. A análise permitiu obter os conceitos e palavras mais frequentes em cada um dos textos. Os resultados permitiram concluir que não existiram alterações substanciais na comunicação entre os dois momentos, ainda que seja percetível uma evolução no discurso incluindo temáticas não apresentadas inicialmente. Atendendo à relevância do estudo na área da comunicação governamental, os resultados sugerem o interesse na continuidade do acompanhamento da comunicação do Ministério da Felicidade.

PALAVRAS-CHAVE: Análise Qualitativa, Comunicação, Governo, Ministério da Felicidade, webQDA.

CASE STUDY ON THE GOVERNMENT
COMMUNICATION REGARDING THE
MINISTRY OF HAPPINESS OF DUBAI AND
OF THE UNITED ARAB EMIRATES

ABSTRACT: Happiness is one of the most

difficult concepts to describe. A theme that has been studied since antiquity and has been the subject of a constant approach throughout the history of humanity, integrated in its various aspects, especially social and emotional. Since the end of the last century, Happiness began to form part of the economy and has become an autonomous science. The creation of the Ministry of Happiness by the United Arab Emirates (UAE) can be understood as a milestone in government action aiming at the Happiness of citizens. In this context, the authors have been developing a study on the creation of this Ministry. In this paper, the first two published news about the Ministry of Happiness are subject of analysis. The analysed texts were published in October 2014 and in February 2016 respectively. With this work we tried to understand the differences between conception phase of the new ministry and of its effective creation. We advocate content analysis as a data analysis technique through the webQDA software. The analysis allowed to obtain the most frequent concepts and words in each of the texts. The results allowed to conclude that there were no substantial changes in the communication between the two moments, although an evolution in the discourse including topics not presented initially was perceptible. Given the relevance of the study in the area of government communication the results suggest the interest in the continuity of the monitoring of the communication of the Ministry of Happiness.

KEYWORDS: Qualitative analysis, Communication, Government, Ministry of Happiness, webQDA.

1 I NTRODUÇÃO

Fazer ciência é contribuir para a compreensão da realidade (Amando, 2008). A oportunidade surgida na análise da comunicação do ministério da felicidade dos EAU e Dubai, poderá permitir divulgar e ampliar o conhecimento sobre o conceito de desenvolvimento.

Ao criar um Ministério para trabalhar a área da Felicidade, o Governo dos Emirados Árabes Unidos despoleta oportunidades de investigação académica sobre esta iniciativa. Ao estudar a Comunicação Governamental pretende-se, por um lado, compreender o trabalho desenvolvido pelo Ministério da Felicidade, e por outro, perceber a forma como o Governo comunica as políticas e ações deste Ministério. Enquadrado num Estudo de Caso relacionado com a comunicação governamental na perspetiva da comunicação para o desenvolvimento, um dos objetivos gerais da investigação é compreender os benefícios da criação do Ministério da Felicidade dos EAU e se as suas políticas podem ser replicáveis com sucesso noutros países.

No âmbito do lançamento e criação do Ministério da Felicidade do Dubai e EAU, o Governo publicou várias notícias. Este trabalho tem como objetivo analisar o conteúdo das duas primeiras comunicações divulgadas sobre o Ministério da Felicidade: a primeira comunicação situa-se no ano 2014 e refere a intenção de criar o Ministério e a segunda no ano de 2016 comunica a sua criação efetiva; esta última dá inclusivamente a conhecer a nomeação de "Her Excellency Ohood Al Roumi" para o cargo de Ministra

de Estado da Felicidade e Bem-Estar.

Entre as duas referidas comunicações decorreu um período temporal de cerca de um ano e meio, daí que o objetivo foi o de analisar e comparar as principais semelhanças e diferenças dos dois textos.

A comunicação governamental, tem entre outros, o objetivo de difundir temas significativos da ação governamental. Por se considerar a criação e implementação do Ministério da Felicidade um ato significativo da comunicação governamental, entendeuse que a análise dos textos seria relevante para comparar os dois momentos.

Em termos gerais, no âmbito da conjugação dos conceitos de Desenvolvimento Humano, Felicidade, Comunicação e Comunicação Governamental entendeu-se pertinente proceder ao estudo do conteúdo dessa comunicação de modo a compreender a evolução deste projeto de elevado interesse político, mas essencialmente social.

A comparação destas duas publicações teve por objetivo responder às seguintes questões:

- 1- Existem alterações significativas entre a ideia da criação do Ministério da Felicidade (2014) e o lançamento/implementação (2016) do mesmo?
- 2- Existem diferenças no tipo de comunicação e foi acrescentado ou retirado algum conteúdo relevante face à notícia de 2014?

No que diz respeito à estrutura do trabalho, começa-se por realizar um breve enquadramento teórico abordando os conceitos Felicidade, Bem-estar e desenvolvimento. Posteriormente apresenta-se as opções metodológicas. Na secção seguinte desenvolve-se o estudo de caso, apresentando os resultados, analisando os mesmos, e a respetiva discussão. Finalmente, são abordadas algumas considerações sobre o desenvolvimento e potencialidades futuras.

2 I ENQUADRAMENTO TEÓRICO

Aristóteles definiu a Felicidade "...praticamente como uma espécie de boa vida e boa ação. (...) Felicidade é uma atividade da alma de acordo com a perfeita virtude (...)" (Aristóteles, 2000, pp. 12, 18). Além disso, outra obra do filósofo que contribuiu para o estudo da Felicidade, e que por isso se assumiu como temática central da obra, foi a *Nicomachean ethics*. Nesta obra, Aristóteles concebe a Felicidade (palavra que deriva do termo grego *eudaimonia*) como o princípio essencial que orienta o ser humano em todas as suas motivações, e por isso, não se traduz no mero prazer ou satisfação de desejos, implicando a excelência moral característica da natureza humana, onde o como ser feliz se traduz no como viver bem, tendo em conta o sentido ético do termo. No entanto, apesar de se ter começado por destacar Aristóteles, importa salientar que o primeiro filósofo a questionar a natureza da Felicidade no mundo ocidental, foi o grego Demócrito que abordou a Felicidade com base numa perspetiva subjetivista, defendendo que a Felicidade não resulta de um destino favorável ou de circunstâncias externas, mas antes do modo de pensar do ser humano (Tatarkiewicz, 1976). Esta

perspetiva divergia da de Sócrates e do seu discípulo Platão, que entendiam a Felicidade como "...gozo seguro do que é bom e bonito" (Platão, 1999, p. 80).

A Era Moderna veio afirmar a ideia de que o ser humano deve ser feliz e, por isso, as perspetivas clássicas e medievais que vigoraram e que entendiam a Felicidade como uma virtude ou como perfeição foram extintas, pelo que a Felicidade passou a referir-se ao facto do indivíduo se sentir bem e não em o indivíduo ser bom (McMahon, 2006).

No decorrer do século XIX a Felicidade integrou os contextos profissional e familiar. Deste modo,

"a ideia de que o trabalho e a Felicidade seriam compatíveis começou a surgir, gerando novos parâmetros no local de trabalho. Na esfera familiar, mulheres e mães de família eram incentivadas a fomentar um ambiente de Felicidade em casa, de forma a compensar os seus maridos que trabalhavam arduamente, e com o intuito de criar crianças de sucesso. Esta ideia de que a Felicidade seria importante para as crianças refletiu-se também nos manuais de educação, que começaram por disseminar a crença que uma das principais responsabilidades dos pais seria fomentar a Felicidade dos seus filhos. (Santos, 2015, p. 33)

Nos últimos anos a investigação sobre a Felicidade ganhou destaque, procurando identificar e explicar os determinantes da satisfação com a vida ou do Bem-Estar subjetivo (Clark, Frijters & Shields, 2008; De Neve et al., 2012; Keng & Wu, 2014; Sabatini, 2014).

Nesta linha de pensamento pode dizer-se que, Felicidade "é sem dúvida uma conquista momentânea, cuja importância é suficientemente manifesta" (Sen, 2011, p. 308), existindo "muito boas razões para buscar promover a Felicidade das pessoas, incluindo a nossa" (Sen, 2011, p. 307).

A Economia da Felicidade surge para retomar os estudos sobre a Felicidade na economia baseada em evidências empíricas, tendo em linha de conta os aspetos subjetivos da vida do ser humano, uma vez que "o propósito terreno das pessoas de carne e osso em qualquer lugar do planeta é alcançar a Felicidade e fazer o melhor de que são capazes de suas vidas" (Giannetti, 2002, p. 59).

De facto, a Felicidade centra-se na satisfação com a vida como um todo, sendo considerada e apontada por muitos como o principal motivo para viver (Frey, 2008; Mota, 2009).

No que respeita à área da economia, os especialistas têm focado a sua atenção na influência que a economia exerce na Felicidade, particularmente o rendimento e a sua distribuição, bem como a regulação do mercado de trabalho, o desemprego e a inflação (Clark, Frijters & Shields, 2008; De Neve et al., 2012; Dolan, Peasgood & White, 2008; Easterlin, 1995).

Segundo Lima (2007), no que respeita à área de economia, a Felicidade sempre marcou presença nas considerações económicas, mesmo antes da ciência económica se assumir como tal. É, portanto, compreensível que a conceção de Felicidade no contexto da economia tenha evoluído ao longo do tempo, tendo-se começado por

falar e questionar a Felicidade na economia, para hoje se falar de uma Economia da Felicidade.

O primeiro autor a usar a expressão "publica felicità" (On public happiness) foi o italiano Ludovico António Muratori em 1749, sendo seguido por vários economistas conterrâneos como Guiseppe Palmieri (Reflexions on the public happiness) ou Pietro Verri (Discourse on happiness) (Niza, 2007).

Ao longo do tempo compreendeu-se que a mera abordagem objetivista por parte da economia clássica levantava dúvidas de caráter teórico e empírico (Frey & Stutzer, 2002), o que conduziu à conjugação (necessária) de dados provenientes de estudos sobre a Felicidade das áreas da Psicologia e da Economia. Passou a reconhecer-se a necessidade de se medir a Felicidade com base numa abordagem objetiva e subjetiva.

O responsável pela inovação na abordagem objetiva e subjetiva da Felicidade foi Easterlin (1974), com o seu estudo "Does economic growth improve the human lot? Some empirical evidence".

Por seu turno, o conceito de Felicidade Interna Bruta é um indicador sistémico e foi desenvolvido em 1972 com base num programa criado por Jigme Singya Wangchuck, rei do Butão.

Em conjunto com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, este conceito foi concebido como alternativa ao Produto Interno Bruto; após ser colocado em prática veio a atrair a atenção mundial para esta nova fórmula que permite medir o progresso de uma comunidade ou nação (Costa, Guerra, & Dias, 2016). A sua finalidade é a de medir a qualidade de vida e o progresso social de forma mais holística e a longo prazo, sendo por isso considerado um método multidimensional. Defende que o desenvolvimento deve estar em equilíbrio com o bem-estar dos indivíduos e que o Governo é o responsável por criar um ambiente que possibilite a Felicidade do seu povo (Ura, Alkire, Zangmo, & Wangdil, 2012).

Atualmente, a investigação no âmbito da Economia da Felicidade estuda os fatores económicos que contribuem para a Felicidade individual, entre eles o emprego, a inflação e o rendimento. Paralelamente, estuda os fatores não económicos que promovem a Felicidade dos indivíduos, como condições adequadas de saúde, boas instituições e a existência da relação patrimonial na explanação sobre Felicidade. Procura-se também perceber a relação existente entre rendimento e Felicidade, tendo em linha de conta a análise do consumo e os diferentes tipos de consumo para o aumento do bem-estar (Niza, 2007). Além disso, têm-se em consideração diversas variáveis socioeconómicas, como sexo, idade, habilitações e escolaridade, e variáveis macroeconómicas, como a inflação e o desemprego (Niza, 2007). A Economia da Felicidade visa por isso avaliar o bem-estar, recorrendo à conjugação de técnicas de economistas e psicólogos, privilegiando noções mais abrangentes de utilidade quando comparada com a dita economia tradicional (Campetti & Alves, 2015).

Considera-se que Economia da Felicidade, ao oferecer um conhecimento mais amplo dos fatores que determinam a Felicidade dos indivíduos, permite extrapolar

as premissas do senso comum – renda como sinónimo de Felicidade – e traz à tona uma maior compreensão dos processos psicológicos básicos; permite a promoção de iniciativas focadas na melhoria da qualidade de vida e pode oferecer uma forma adequada de avaliação das políticas sociais e económicas centradas no desenvolvimento económico (Zucco, 2015).

A perspetiva de conceitos abstratos como os da Felicidade e do bem-estar podem ser encontradas em populações com raízes, religiões e culturas muitos diferentes, considera-se na verdade um fator de esperança para o desenvolvimento, sobretudo social, das sociedades. Para além disso, neste conceito estão contidos todos os grandes objetivos de desenvolvimento da atualidade. Neste contexto, entendese que é determinante o papel da Comunicação e, em particular, a Comunicação Governamental.

Comunicar é um mecanismo essencial para o ser humano, sendo através dele que este interage com os seus semelhantes. A comunicação é, por isso, um "dispositivo que possibilita as relações sociais ao longo da existência humana, fluindo, segundo a exigência de cada época" (Silva, 2016, p. 3).

Assim, ao nível social é através da comunicação que o ser humano se insere na sociedade, uma vez que este processo lhe permite relacionar-se com os outros, adquirindo os modos de agir e de pensar que vigoram na sua sociedade e desenvolvendo, ao mesmo tempo, as suas capacidades de comunicação (Instituto Bento Jesus Caraça, s/d).

Da mesma forma, do ponto de vista da organização social, é fundamental a relação comunicacional entre o Governo e a sociedade. A comunicação governamental, ou estatal, é uma "comunicação formal, originária nas redes e no sistema oficial, inserido nas organizações públicas, e tem como tarefa difundir, para a opinião pública, questões ou temas significativos da área governamental, visando ao conhecimento e à participação do cidadão" (Salgado, 2011, p. 255) e, além de integrar diferentes modalidades, um dos principais objetivos da comunicação governamental é facilitar a comunicação entre o Estado e a Sociedade (Matos, 1999).

Pode considerar-se, que "a comunicação governamental é uma necessidade social" (Torquato, 1985, p. 44) através da qual são dadas a conhecer aos cidadãos as ações ou políticas dos diferentes setores constituintes de cada Governo; através da rede de comunicação governamental os governantes tomam também conhecimento das expetativas e desejos dos cidadãos. Para além dos aspetos referidos no parágrafo anterior, pode acrescentar-se que para os governos a comunicação governamental pode ser também um "instrumento de valorização das ações de governo e dos poderes públicos" (Azevedo, 2007, p. 38). Para concretizar as ações de comunicação o Governo tem o apoio de profissionais especializados como Relações Públicas, Publicidade a e Jornalismo, etc.

Importa, por isso, realçar que a comunicação governamental assenta em dois aspetos fundamentais da comunicação: os processos e os meios. Os processos

remetem para os aspetos sociolinguísticos enquanto os meios remetem para os canais e tecnologias que servem de veículo à comunicação. Brandão (2009) defende que a comunicação governamental pode ser entendida como uma forma de comunicação pública, as quais partilham algumas parecenças, porque a comunicação governamental visa ser um instrumento de construção da agenda pública assim como um mecanismo de prestação de contas e um estímulo à participação social.

A função da comunicação governamental é transmitir aos cidadãos o que acontece no âmbito do governo e por esta razão, é um instrumento que permite que os cidadãos conheçam as ações governamentais e, simultaneamente, que estes possam transmitir as suas expectativas (Torquato, 1985). Torquato (2002) refere que a comunicação governamental deve ser desenvolvida tendo em conta o pressuposto de que é fundamental para a construção de uma cidadania; defende ainda que a comunicação deve ser entendida como um dever da administração pública e um direito dos usuários e consumidores dos serviços.

Deste modo, pode-se dizer que é fundamental para o Governo interagir com a sociedade, sendo a comunicação um instrumento de valorização das ações de governo e dos poderes públicos, possibilitando uma sustentação e legitimação de políticas de determinada gestão e conta com profissionais de diversas áreas, como Relações Públicas, Publicidade e Propaganda e Jornalismo, envolvendo uma série de sub-áreas da comunicação, tais como: editoração, rádio, televisão e até mesmo comunicação informal (Azevedo, 2007).

O recurso às redes sociais por parte do governo, como outro canal de comunicação, deu origem a uma nova forma de comunicação governamental (Santos & Fernandes, 2014), o que também permitiu que este modernizasse a atuação da Administração Pública e investisse no seu relacionamento com a sociedade (Mateus, 2008). Com o passar do tempo, a internet, após implementação das redes sociais, tornou-se num meio de comunicação incontornável, pelo que a democracia nas redes sociais também pode ser caracterizada como um conglomerado de movimentos sociais, no sentido de levar ao consenso, criando um padrão de mobilização que atualmente vai do virtual ao real interferindo na forma de como a comunicação governamental vem sendo dirigida (Santos & Fernandes, 2014).

Em 2014 o *Sheik Mohammed bin Rashid Al Maktoum (Ruler of Dubai)* apresentou o Índice para a Felicidade com o objetivo de medir o grau de satisfação dos cidadãos dos Emirados relativamente aos serviços governamentais. No início de 2016, surpreendeu os media via *Twiter* com a indicação de que iria nomear um Ministro para a Felicidade. Dias depois, nomeou a senhora *Ohood Al Roumi* para assumir o cargo de Ministra de Estado para a Felicidade, fazendo parte integrante do gabinete do Governante e cuja principal missão seria supervisionar planos, projetos, programas e índices que melhorem o clima geral do país. Na tomada de posse, a Ministra referiu que o objetivo do seu trabalho era criar Felicidade autêntica e genuína nos serviços públicos.

Pouco mais de um mês após ter tomado posse, a Ministra apresentou um

programa de iniciativas positivas e Felicidade institucional. O Programa Nacional para a Felicidade e Positividade (PNF) foi aprovado no Dia Internacional da Felicidade 21 de março. O PNF compreende 3 áreas principais: 1. Inclusão da Felicidade nas políticas, programas e serviços de todos os órgãos governamentais bem como o ambiente de trabalho; 2. Consolidação dos valores de positividade e Felicidade como um estilo de vida na comunidade dos Emirados Árabes Unidos; 3. Desenvolvimento de ferramentas e índices para medir os níveis de Felicidade.

Desde a aprovação do PNF o Governo, essencialmente através da Ministra, tem-se desdobrado em iniciativas, que vão desde a formação científica de gestores especializados em Felicidade à integração das mulheres e crianças em ações que visam promover a Felicidade e a Positividade. Entretanto, o programa foi alargado ao setor privado e tem captado o apoio dos grandes grupos económicos dos Emirados. Para além disso, tem incentivado vários organismos a lançarem iniciativas para a Felicidade dos seus trabalhadores, como é o caso da *Dubai Culture* que implementou o programa "*Make it Happen*". O Governo acredita que trabalhadores felizes contagiam os clientes e quer também que as empresas privadas trabalhem para tornar os clientes felizes.

Em termos globais, o Governo pretende ainda que o modelo teórico e orgânico do Ministério possa ser replicado internacionalmente e, nesse sentido promove a recolha constante de opiniões do público e de peritos de referência, nomeadamente através da realização de Fóruns Internacionais nos quais inclui o debate desta temática como é o caso do "World Governance Forum".

3 I METODOLOGIA

O trabalho consistiu numa primeira leitura analítica dos dois textos sem qualquer tipo de formalidades.

Em seguida procedeu-se à importação dos textos para a plataforma webQDA. Com base no corpo teórico, criaram-se na plataforma as categorias Felicidade, Positividade e Bem-Estar. Paralelamente construiu-se uma nuvem das palavras frequentes de cada um dos textos.

Depreendeu-se logo à partida que existiam diferenças entre os dois textos, pelo que se procedeu a uma nova leitura analítica, e com base na nuvem de palavras criaram-se códigos livres onde se integraram as palavras e frases que incluíam as palavras mais frequentes. Com base na nova codificação optou-se por construir matrizes para recolha de resultados, sua análise e conclusões.

4 I APRESENTAÇÃO, ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Neste trabalho procedeu-se à análise de conteúdo de duas publicações sobre o Ministério da Felicidade, referente a dois momentos com uma distância temporal

de cerca de um ano e meio (Ribeiro, Costa & Remondes, 2018). O primeiro texto diz respeito ao anúncio de intenções, datado de outubro de 2014 e o segundo comunica a criação do Ministério da Felicidade em fevereiro de 2016. O principal objetivo deste trabalho foi comparar os dois textos para determinar se existiriam diferenças entre eles. Os resultados da análise qualitativa apontam que houve algumas alterações, mas que o conceito principal se manteve e ganhou mais preponderância no texto de 2016

O trabalho consistiu numa primeira leitura analítica dos dois textos sem qualquer tipo de formalidades. Em seguida procedeu-se à importação dos textos para a plataforma webQDA. Com base no corpo teórico, criaram-se na plataforma as categorias (felicidade, positividade, bem-estar). Paralelamente construiu-se uma nuvem das palavras frequentes de cada um dos textos. Depreendendo-se logo à partida que existiam diferenças entre os dois textos, procedeu-se a uma nova leitura analítica, e com base na nuvem de palavras, criaram-se categorias, onde se integraram as palavras e frases que incluíam as palavras mais frequentes. Com base na nova codificação optou-se por construir matrizes para recolha de resultados, sua análise e conclusões. A partir do corpo teórico e do texto de 2016 selecionaram-se as unidades de registo para análise de conteúdo. As categorias (Felicidade, Bem-estar), criadas, facilitaram a extrapolação e organização do conteúdo dos textos para posterior análise. A partir desta base procedeu-se à obtenção e análise dos resultados. Elaborou-se uma nuvem de palavras para cada um dos textos em análise, obtendo para o texto de 2016 a nuvem seguinte (Figura 1) onde se destacam as palavras 'Felicidade' e 'Felizes'.



Figura 1 - Nuvem de palavras a partir do texto de 2016 Fonte: Elaboração própria

A partir da mesma base, obteve-se uma lista das palavras mais frequentes, conforme demonstra a Figura 2:

Palavras mais frequentes

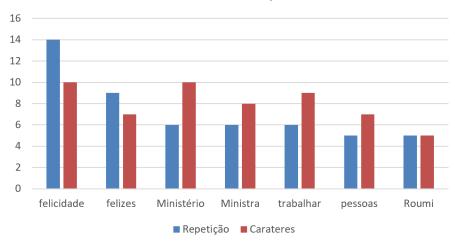


Figura 2 - Palavras mais frequentes no texto de 2016 Fonte: Gerado a partir do webQDA

Para além das palavras em destaque, outras com relevo no texto foram: "Ministério", "Ministra" e "Trabalhar", o que naturalmente é coerente com o contexto.

Relativamente ao texto de 2014, destacam-se as palavras Felicidade e Serviços (figura 3).



Figura 3 - Nuvem de palavras a partir do texto de 2014

Fonte: Elaboração própria

Deste novo passo surge a lista de palavras mais frequentes elencadas na figura

4:

Palavras mais frequentes

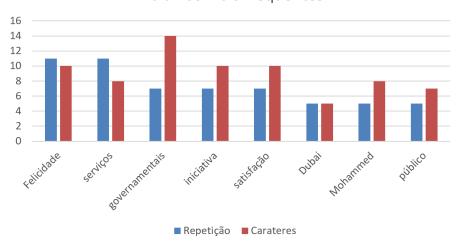


Figura 4 - Palavras mais frequentes a partir do texto 2014

Fonte: Gerado a partir do webQDA

Para além da palavra "Felicidade", que fez parte da categorização, observa-se que foi utilizada com a mesma frequência a palavra "Serviços". De referir que outras palavras se destacaram tais como: "governamentais", "iniciativa" e "satisfação". No passo seguinte, uma vez que na "nuvem de palavras" surgiu um elemento/palavra nova, não prevista "Serviços", decidiu-se fazer uma nova análise, a partir de uma nova categoria que se relacionassem com "Serviços", no caso serviços governamentais. A partir da utilização da nova categoria obteve-se uma nova lista de palavras frequentes, na qual se destaca a utilização das palavras "Medir" referenciada nas duas fontes 15 vezes e "Mudança" referenciada 13 vezes. Da análise depreende-se que há uma linha orientadora no discurso, mas entre os dois textos existem algumas alterações. Logo à partida, é possível observar que no texto de 2014 para além da esperada palavra "Felicidade" surge a palavra "Serviços" como a segunda mais utilizada, o que criou de imediato um alerta e conduziu a aprofundar um eventual interesse subliminar. Para além disso, observou-se que as palavras "Medir" e "Mudança" são as únicas utilizadas nos 2 textos, sendo relevante que das 15 referências selecionadas sobre a palavra "Medir", 13 referem-se ao primeiro texto (2014 – Intenção da criação do Ministério da Felicidade) e somente 2 se referem ao segundo texto (2016 – Criação do Ministério). Relativamente à categoria "Mudança", 7 referências correspondem ao texto de 2014 e 6 ao texto de 2016. As categorias, "Tecnologia", "Turistas", "Inovação e liderança do País" e "interesse económico" somente estão referenciados no primeiro texto. Uma análise mais especifica das categorias "Medir" e "Mudança" permitem inferir, ainda com a prudência necessária, que para além dos objetivos principais "Felicidade, Positividade e Bem-Estar", o governo numa primeira fase tinha como intenção a "Mudança" e a "Medição" ou monitorização dos serviços governamentais.

No que diz respeito aos conceitos-base "Felicidade, Positividade e Bem-Estar", na análise do conteúdo dos dois textos, verifica-se que a categoria "Felicidade",

conforme já inicialmente observado na nuvem de palavras, é utilizado nos dois textos, mas com maior incidência no texto do anúncio da criação do Ministério da felicidade. É também possível observar a partir da análise efetuada que a abrangência da utilização das expressões relacionadas com "Felicidade" no anúncio de 2014 foi muito subtil e simples correspondendo apenas a 6,7% das referências. Por seu lado, no texto relativo à criação do Ministério da Felicidade em fevereiro de 2016, a utilização do principal conceito-base é muito mais objetivo e relevante das intenções do MF, com 10 referências que correspondem a 40,39% das referências.

A partir da análise realizada é possível determinar que há realmente uma intenção de colocar o foco da comunicação no conceito de Felicidade e que o governo pretende criar ou melhorar Serviços que contribuam para essa Felicidade. Apesar de se verificarem mudanças ou ajustamentos em termos de conteúdo tal não permite concluir que tenha existido alteração dos objetivos do governo; admite-se uma alteração na abordagem, na forma e no foco de transmissão do mesmo. Este estudo permitiu concluir através da análise mais específica a dois momentos diferentes (2014/2016) com base em dois suportes da comunicação governamental (duas notícias/textos) que existiram algumas mudanças ou ajustamentos em termos de conteúdo. Em termos comparativos entre o texto de 2014 e o texto de 2016 infere-se que houve uma "evolução": de um enfoque na Felicidade e na relação entre Serviços, Medição/Monitorização da Felicidade no discurso de 2014, passou-se a focar no conceito da Felicidade propriamente dito, alargando-o à positividade e bem-estar, deixando "cair" a relação com a eficiência dos serviços, a medição e a monitorização.

Assim, como síntese e respostas às questões que estiveram na base da análise de conteúdo efetuada, conclui-se que se observam alterações, mas pode inferir-se que não foi retirado conteúdo relevante; pelo contrário pode concluir-se que houve maior foco no conceito essencial – Felicidade.

Verificou-se que o Governo, aquando da implementação do Ministério da Felicidade, colocou logo à partida em destaque três conceitos em simultâneo: Felicidade, Bem-Estar e Positividade e, numa fase posterior, acrescentou a doação/gratidão como fator importante para a Felicidade.

Este trabalho veio indicar que antes dessas alterações, o governo já tinha realizado alguns ajustamentos em termos dos conceitos-chave preponderantes na comunicação governamental relativa a este tema. Por outro lado, não foi possível determinar a existência de alguma mensagem subliminar nos textos analisados.

Percebe-se a preocupação do Governo em informar e tornar públicas as suas ações e atividades, de forma a criar canais de comunicação que lhes permita chegar aos cidadãos e para que estes, e a restante sociedade, possam manifestar a sua opinião, questionar factos e até propor sugestões e/ou melhorias conforme defende Lima (2002).

De acordo com o pensamento de Riffel (2007) também se percebe que a divulgação das ações do governo tem igualmente como objetivo, a conquista de

visibilidade junto à sociedade, sendo a principal estratégia dos novos tempos (Rego, 1986). Por outro lado, as suas ações vão igualmente ao encontro do que defende Duarte (2007) que para que a comunicação seja eficaz, ela deve, necessariamente, ser assumida com visão global, papel estratégico, planejamento, ação integrada e visão de longo prazo. O Governo planeia as suas estratégias de comunicação e ao fazêlo, não deve descurar nenhuma parte, (Torquato, 2002). O tempo que mediou entre o anúncio de intenções de criar o ministério e a divulgação da criação do ministério e nomeação da ministra, leva-nos a concluir que como defende Kunsch (2003) para além de existir vontade política e uma decisão por parte dos gestores de topo em elaborar um plano de comunicação, também é um processo organizado de acordo com as três fases referidas por Kunsch (2003): diagnóstico estratégico, planejamento estratégico e gestão estratégica.

Em resumo percebe-se que o governo dos EAU e Dubai tem plena consciência da importância da comunicação governamental como instrumento estratégico do Governo e também como importante ferramenta de divulgação das ações e atividades dos vários agentes públicos, sendo-lhe atribuída a responsabilidade de facultar informações de utilidade pública que façam a função de prestação de contas tal como refere Júnior (2012).

5 I CONCLUSÃO

A partir da análise realizada é possível determinar que há realmente uma intenção de colocar o foco da comunicação no conceito de Felicidade e que o Governo pretende criar ou melhorar Serviços que contribuam para essa Felicidade. Apesar de se verificarem mudanças ou ajustamentos em termos de conteúdo tal não permite concluir que tenha existido alteração dos objetivos do Governo; admite-se uma alteração na abordagem e forma de transmissão do mesmo.

De uma forma global, da análise e discussão dos resultados, depreende-se que há uma linha orientadora no discurso, mas entre os dois textos existem algumas alterações temáticas.

Assim, concluiu-se que se observam alterações entre a mensagem dos dois textos, mas pode inferir-se que não foi retirado conteúdo relevante; pelo contrário pode concluir-se que houve maior foco no conceito essencial: Felicidade.

Sem pretender obter conclusões definitivas, podemos inferir que o Governo, aquando da implementação do Ministério da Felicidade, colocou logo à partida em destaque três conceitos em simultâneo: Felicidade, Bem-Estar e Positividade e, numa fase posterior, acrescentou a doação/gratidão como fator importante para a Felicidade.

Este trabalho veio mostrar que antes dessas alterações, o Governo já tinha realizado alguns ajustamentos em termos dos conceitos-chave preponderantes na comunicação governamental relativa a este tema.

Por outro lado, não foi possível determinar a existência de alguma mensagem subliminar nos textos analisados.

O passo seguinte da investigação será a análise dos textos publicados nos vários órgãos de comunicação social disponíveis no *corpus latente* durante o primeiro ano após a criação do Ministério da Felicidade (marco de 2016 a fevereiro de 2017).

Através do futuro estudo pretende-se, entre outros aspetos, estudar as ações concretas realizadas pelo Ministério da Felicidade durante o referido período.

De referir também que para uma maior consistência da investigação, o estudo de caso em construção prevê a realização de uma entrevista a Sua Excelência a Sra. Ministra da Felicidade e do Bem-Estar com a realização da correspondente análise de conteúdo.

REFERÊNCIAS

Amado, J. (2016). A formação em investigação qualitativa: notas para a construção de um programa. *Investigação Qualitativa - Inovação, Dilemas e Desafios* (p. 39). Ludomedia.

Aristóteles (1992). Eudaemian ethics. Oxford: Clarendon Press.

Aristóteles (2000). **Nicomachean ethics**. Translated and edited by Roger Crisp. Cambridge: Cambridge University Press.

Azevedo, F. (2007). **Comunicação Política Governamental: Observações sobre algumas estratégias nos Governos Nacionais no Brasil e Portugal**. *Tese Dissertação de Mestrado*. Porto : Universidade Fernando Pessoa.

Bardin, L. (2009). **Análise de conteúdo.** Lisboa: Ed. 70.

Bogdan, R., & Biklen, S. (1994). Investigação qualitativa em educação, uma introdução à teoria e aos métodos. Porto: Porto Editora.

Brandão, E. (2009). **Conceito de comunicação pública.** J. Duarte (Ed.), Comunicação Pública: Estado, mercado, sociedade e interesse público. São Paulo: Atlas.

Campetti, P. H., & Alves, T. W. (2015). **Economia Da Felicidade: Estudo Empírico Sobre Os Determinantes Da Felicidade Em Países Selecionados Da América Latina**. *Revistapesquisa E Debate V. 26, N. 1(47)*.

Caraça, I. B. (s/d). Manual de técnicas de comunicação. Lisboa.

Clark, A., Frijters, P. & Shields, M. (2008). **Relative income, happiness, and utility: an explanation for the Easterlin paradox and other puzzles.** Journal of Economic Literature, 46(1)

Costa, R. S., Guerra, J. B., & Dias, T. (2016). **Os Índices De Bem-Estar E Felicidade Como Alternativas Para A Mensuração Do Desenvolvimento Dos Países. Debates Interdisciplinares** *Vii, Edition: 1, Chapter: 3* (Pp. 61-84). Brasil: Editora Unisul.

Easterlin, R. A. (1974). **Does Economic Growth Improve The Human Lot? Some Empirical Evidence**. Ttps://Doi.Org/10.1016/B978-0-12-205050-3.50008-7: Elsevier.

Flick, U. (2009). An Introduction to Qualitative Research. Singapore: SAGE.

Frey, B. S., & Stutzer, A. (2002). **What Can Economists Learn From Happiness Research?** Usa: Journal Of Economic Literature - Jstor.

Giannetti, E. (2002). Felicidade. São Paulo: Companhia das Letras.

Lima, S. (2007). **Economia e felicidade: um estudo empírico dos determinantes da felicidade no Brasil**. Dissertação de Mestrado. Ribeirão Preto: Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo.

Mateus, J. (2008). O Governo Electrónico, a sua aposta em Portugal e a importância das Tecnologias de Comunicação para a sua estratégia. Revista de Estudos Politécnicos, 6(9).

Niza, C. F. (2007). **Economia Da Felicidade E Politica Social: Contributos Da Ciência Comportamental Para Orientação Da Acção Pública Com Vista Ao Desenvolvimento Humano**. Lisboa: Universidade Técnica De Lisboa - Instituto Superior De Economia E Gestão.

Platão, (1999). The symposium. London: Penguin Classics.

Perles, J. (2007). Comunicação: Conceitos, fundamentos e história. UBI.

Ribeiro, D., Costa, A. P., & Remondes, J. (2018). **Análise de conteúdo na Comunicação Governamental – Estudo de Caso referente ao Ministério da Felicidade dos Emirados Árabes Unidos**. A. P. Costa, S. Tuzzo, T. Alzás, & L. P. Reis (Eds.), Investigação Qualitativa em Ciências

Sociais (Vol. 3) (pp. 329–340). Oliveira de Azeméis - Aveiro - PORTUGAL: Ludomedia. Retrieved from https://proceedings.ciaiq.org/index.php/ciaiq2018/article/view/1743

Ribeiro, D., Costa, A. P., & Remondes, J. (2017). Comunicação do Ministério da Felicidade dos Emirados Árabes Unidos. Análise de dados qualitativos disponíveis na Internet. In António Pedro Costa, S. Tuzzo, & C. Brandão (Eds.), Atas do 60 Congresso Ibero-Americano em Investigação Qualitativa (Volume 3 - Investigação Qualitativa em Ciências Sociais) (pp. 686–691). Oliveira de Azeméis - Aveiro - PORTUGAL: Ludomedia. Retrieved from https://proceedings.ciaiq.org/index.php/ciaiq2017/article/view/1443

Salgado, P. (2011). **Comunicação organizacional: a ótica das relações públicas governamentais**. *Relações públicas estratégicas: técnicas, conceitos e instrumentos.* S. Paulo: Summus Editorial.

Santos, R. & Fernandes, S. (2014). O Impacto das Redes Sociais e o Novo Modelo de Comunicação Governamental nas Prefeituras do Estado da Paraíba. Comunicação & Mercado, 3(8)

Sen, A. (2011). A ideia de justiça. São Paulo: Companhia das Letras.

Silva, J. d. (2016). **História da comunicação e dos seus meios: um constitutivo pedagógico** - *SIMEDUC.* Brasil: Anais.

Sousa, A. (2005). Investigação em educação. Porto: Porto Editora.

Tatarkiewicz, W. (1976). **Analysis of happiness**. Varsóvia: Polish Scientific Publishers. Teixeira, A., & Becker, F. (2001). *Novas possibilidades da pesquisa qualitativa via sistemas CAQDAS*. Sociologias, 3 (5).

Torquato, G. (1985). Marketing político e governamental: um roteiro para campanhas políticas e estratégias de comunicação. S. Paulo: Summus.

Ura, K., Alkire, S., Zangmo, T., & Wangdi, K. (2012). **A Short Guide To Gross National Happiness Index** (Isbn: 97899936-14-66-1 Ed.). Thimphu (Butão): Centro De Estudos Do Butão.

Zucco, V. (2015). **Economia Da Felicidade: Evidências E Propostas Teóricas**. Universidade Federal de Santa Maria Centro de Ciências Sociais e Humanas Curso de Graduação em Ciências Econômicas ed., RS, Brasil

SOBRE A ORGANIZADORA

LUCIANA PAVOWSKI FRANCO SILVESTRE Possui graduação em Serviço Social pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (2003), pós-graduação em Administração Pública pela Faculdade Padre João Bagozzi (2008) é Mestre em Ciências Sociais Aplicadas pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (2013), Doutora em Ciências Sociais Aplicadas pela UEPG. Assistente Social da Secretaria de Estado da Família e Desenvolvimento Social - Governo do Estado do Paraná, atualmente é chefe do Escritório Regional de Ponta Grossa da Secretaria de estado da Família e Desenvolvimento Social, membro da comissão regional de enfrentamento às violências contra crianças e adolescentes de Ponta Grossa. Atuando principalmente nos seguintes temas: criança e adolescente, medidas socioeducativas, serviços socioassistenciais, rede de proteção e política pública de assistência social.

Agência Brasileira do ISBN ISBN 978-85-7247-424-5

9 788572 474245